

COMO CITAR ESTE TEXTO:

Formato ISO

NASCIMENTO, Alexandre do. **Porque somos Racistas**. Rio de Janeiro: Revista Global, Número 5, 2005.

Formato Documento Eletrônico (ISO)

NASCIMENTO, Alexandre do. **Porque somos Racistas**. [citado dd/mm/aaaa]. Disponível na World Wide Web: <http://www.alexandrenascimento.com>.

Porque somos Racistas

Os militantes do neoescravagismo não vêem problema no sistema de cotas na universidade. Mas na cor delas. O argumento tem amplo apoio de setores da imprensa, enquanto a população é largamente favorável ao princípio racial das políticas afirmativas.

Alexandre do Nascimento

No dia 17 de agosto de 1986, o jornal *O Estado de São Paulo*, por ocasião do falecimento de Mãe Menininha do Gantois e da grande presença de pessoas em seu sepultamento, escreveu em seu editorial: “a importância exagerada dada a uma sacerdotisa de cultos afro-brasileiros é a evidência mais chocante de que não basta ao Brasil ser catalogado como a oitava economia do mundo, se o País ainda está preso a hábitos culturais arraigadamente tribais”.

Vinte anos depois, em fevereiro de 2006, um dos editoriais do jornal *O Globo*, referindo-se à aprovação pela comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados do projeto de lei que cria cotas nas universidades federais, vaticina: “mais do que polêmico, um projeto que contraria princípios constitucionais e o bom senso não pode ser decidido numa comissão, como ocorreu. No caso, a Comissão de Constituição e Justiça. Merece a mais ampla discussão. Que, se bem conduzida, pode até ter o melhor dos desfechos: a derrota do projeto”.

E, em 5 de agosto último, um dia após a entrega aos presidentes da Câmara de Deputados e do Senado Federal de um manifesto assinado por ativistas e professores universitários em favor da aprovação do projeto que cria cotas nas universidades e do projeto do estatuto da igualdade racial, o jornal *Folha de São Paulo*, também em seu editorial, escreveu: “a Lei de Cotas, ao tornar obrigatória a reserva de vagas para negros e indígenas nas instituições federais de ensino superior, ameaça a educação universitária. O mérito acadêmico perde espaço, e a duplicidade de critérios estimula o recrudescimento do racismo nos bancos escolares”.

O problema é a cor da cota

Os três editoriais, que expressam os *posicionamentos institucionais* dos citados jornais, explicitam os preconceitos e o pensamento neoescravagista das elites brasileiras em relação à população negra e indígena: atraso, ameaça, etc. Na questão das cotas nas universidades isso fica nítido, pois o projeto em discussão estabelece cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e, dentro destas, cotas para negros e indígenas. No pensamento expresso nos editoriais, a ameaça está na entrada de negros e indígenas nas universidades públicas, numa clara (realmente “clara”) demonstração de que o problema não é a cota e sim a *cor da cota*.

E, pelo que deixa transparecer um fato recente, a mesma visão preconceituosa impera na Prefeitura do Rio de Janeiro. Em agosto último a Secretaria Municipal de Educação enviou carta às escolas municipais informando que, a partir de 2007, não mais será permitido o funcionamento de qualquer pré-vestibular comunitário que porventura ainda estiver funcionando em alguma unidade escolar. O prefeito César Maia declarou na imprensa que a decisão foi motivada por "questões sanitárias e de segurança" e que "houve problemas delicados na cessão de nossas escolas. Em algumas unidades, alunos fizeram necessidades no chão, sujaram os banheiros das crianças, fumaram maconha" (*O Globo*, 22/09/06). Ao que parece, a atual gestão da Prefeitura do Rio de Janeiro acha que os estudantes dos cursos pré-vestibulares para negros e pobres são compostos de porcos e usuários de drogas.

A luta racial dos movimentos sociais

O racismo ainda é estruturante no nosso imaginário e está presente no comportamento das nossas instituições e das nossas elites. Apesar disso, entre 1986 e 2006 muito se avançou na constituição da democracia no Brasil, inclusive com a criação de instituições estatais de promoção da igualdade racial. Esse avanço só foi possível graças às lutas dos movimentos sociais. Na luta contra o racismo, podemos citar as grandes passeatas em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1988, e a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Vida e a Cidadania, em 1995, ambas organizadas pela militância negra, como marcos de uma nova dinâmica, em que a afirmação de direitos passou a ser a tônica.

Tais eventos, sobretudo a Marcha de 1995, significaram uma guinada do Movimento Social Negro da denúncia do chamado mito da democracia racial à proposição de políticas públicas de combate ao racismo e promoção da igualdade racial e uma forte pressão sobre o Estado Brasileiro. Iniciou-se assim no Brasil, no conjunto da sociedade e no âmbito da máquina Estatal, um debate público sobre as políticas públicas de ação afirmativa para a população negra e, no bojo deste debate, a proposição das cotas e da necessidade de reforma democratizante nas universidades estatais. Os cursos pré-vestibulares para negros e pobres, surgidos no início dos anos de 1990, que são a demonstração da necessidade de recomposição social e racial das nossas universidades, constituíram-se como os principais atores desse processo.

Na Universidade, cotas tiveram êxito

Hoje, a sociedade discute cotas para negros, indígenas, pobres e estudantes oriundos de escolas públicas, que já são realidade desde 2002, independentemente dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. São 39 as universidades que possuem políticas de cotas e destas 25 possuem cotas raciais. Há, inclusive, experiências de cota para professores e cota na pós-graduação. Até o momento não há dados

que indiquem queda na qualidade do trabalho dessas instituições e nem notícias de conflitos raciais. Ao contrário, o desempenho dos estudantes universitários dos programas de cotas é o mesmo e, muitas vezes, melhor que o dos demais estudantes. Na Universidade Federal da Bahia, por exemplo, em 32 dos 57 cursos os alunos do programa de cota tiveram desempenho acima da média geral.

E na Universidade do Estado do Rio de Janeiro os primeiros alunos do programa de cotas terminarão seus cursos no fim deste ano sem que tenha sido registrado nenhum conflito racial, além das reclamações daqueles que se consideram “prejudicados”. A ameaça à qualidade e os conflitos aparecem somente como retórica, sem base concreta, dos novos apologetas da democracia racial e articuladores do manifesto contrário às cotas, também entregue aos Presidentes da Câmara e do Senado em junho deste ano, cuja tônica é a ausência de propostas, ou seja, a conservação das coisas como estão. Baseiam-se apenas na defesa do princípio (formal) da igualdade, o hipócrita “todos somos iguais”, que não institui nenhum processo material de combate às desigualdades, às relações assimétricas e ao racismo, característicos desta sociedade.

Na dinâmica democrática, conflitos e divergências são naturais e não é este o ponto. O que devemos observar é que, certo ou errado, a política de cotas é uma proposição do movimento social negro (explicitada pela primeira vez no jornal O Quilombo em 1948, mas consolidada na Marcha de 1995), já em funcionamento em diversas instituições e com relativo sucesso no que diz respeito à promoção de diversidade, da distribuição do que é fruto do trabalho comum, do combate ao racismo e, portanto, da radicalização da democracia. E qual é a proposta dos atuais porta-vozes da ideologia da democracia racial, além de dizerem “somos todos iguais” ou “não somos racistas”? O máximo a que chega esse discurso conservador é a defesa do ensino básico de qualidade, o que não é nenhuma novidade, pois isto o movimento social negro, através dos seus intelectuais, das suas organizações e da sua imprensa já defende antes mesmo do movimento “Escola Nova” liderado por Fernando de Azevedo na década de 1930. Escola pública laica e de qualidade para todos é um dos fundamentos materiais da democracia e bandeira da luta anti-racista, mas não será alcançada sem o desmonte dos mecanismos de privilégios raciais presentes nas dinâmicas das universidades, empresas, instituições estatais, etc. e no próprio currículo escolar que, tanto quanto os nossos principais jornais e a Prefeitura do Rio de Janeiro, têm conteúdos, formas de funcionamento e posicionamentos preconceituosos e discriminatórios.